

PEDAGOGIA SOCIAL: NOS MARCOS DA EDUCABILIDADE SOCIAL

Jacy Marques Passos¹

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo demonstrar a categorização em domínios, do que se entende e conhece como *educação não formal*, bem como historicizar a Pedagogia Social. Outro ponto a ser abordado será a estratificação social ao fazer um recorte na população entregue à própria sorte, em vulnerabilidade social, que sobrevive às desigualdades sociais e usuários da Educação Social em todos os aspectos. Desta forma, propomos uma discussão sobre a atual conjuntura da educação em nosso país, a existência de uma escola dual e, portanto, desigual. Afirmar o protagonismo do sujeito através dos Marcos da Educabilidade Social, também é o objetivo, além de mostrar que a Pedagogia Social é contra hegemônica e se opõe ao modelo de educação apresentada desde 1824, com a primeira Constituição Imperial, que ainda continua e, é influenciada pelo pensamento da classe dominante, logo, pela cultura dominante. Demonstrar então que, os territórios dos conhecimentos ocorrem, apresentam fronteiras, mas que estas não significam barreiras, e trazem várias reflexões na práxis do Educador Social. Apontar por fim, as contribuições da Pedagogia Social para a transformação do sujeito e este da sociedade, o que nos leva a pensar qual o papel do Pedagogo/Educador Social diante desta realidade.

Palavras-Chaves: Educabilidade Social – Pedagogia Social – Domínios - Territórios

¹ Pedagogo, Pesquisador Extensionista em Pedagogia Social (PIPAS UFF), Palestrante do Projeto PIPAS – UFF (Pedagogia Social) e Prof. da Atividade Cultural e Pedagogia Social, Especialização em Pedagogia Social para o Século XXI, Educador Social e Recreador Social, nos espaços Rua, equipamentos de Acolhimento Institucional, Programas e Projetos Sociais do Governo Federal e Municipal, Casa de Apoio às Adolescentes - CAA e Centro de Acolhimento e Cidadania - CAC (São Gonçalo – RJ) no período 1986 a 2016 e 2017-2018 – Coordenador e Professor do Núcleo de Formação Continuada e Comunicação (NUFOCCO), Prof. em Universidade Corporativas. Currículo Lattes 2643833115893778

INTRODUÇÃO

Toda pedagogia é social. Isso é uma afirmação irrefragável. Esta certeza é a garantia de que o trabalho pedagógico não se limita aos espaços escolares formais e curriculares. A ação educativa aparece em todos os espaços relacionais da nossa sociedade. O que antigamente chamávamos de espaço não formais e informais passam agora a ser chamados de espaços não escolares. (SILVA 2009, p.179)

É notória a necessidade de se buscar inovações no campo educacional. No entanto, não apenas no sentido das palavras, mas na significação da educação para transformação do educando, e este, da sociedade.

Nesse contexto, apreender o percurso da Pedagogia Social, além da compreender a diversidade e contribuições propostas nos espaços de educação ou espaços para educar, são objetivos desse Artigo que, não se prende a taxonomia, tampouco metodização, mas sim, elucidar os cenários que ocorrem a Educabilidade Social, bem como, seus domínios.

Dessa forma, para melhor compreensão, do que popularmente denomina-se “educação não formal”, torna-se necessário fundamentar tais domínios, dando consistência aos parâmetros que apontam para estes novos conceitos. Entendendo, assim, que toda educação é formal e a educação como prática social, percebe-se sempre na Pedagogia Social.

Nesse aspecto, o que as diferencia, são os espaços e, a partir dos Congressos de Pedagogia Social (1º ao 5º) de 2006 a 2015, adota-se uma forma de reorganizar em quatro categorias, as diferentes práticas alternativas de educação, com a proposta de classificá-las, intituladas *domínios*, da seguinte maneira: Domínio sociocultural; Domínio sociopedagógico; Domínio sociopolítico e Domínio socioepistemológico.

Para tanto, ao debruçar na Obra “Pedagogia Social: A Pesquisa em Pedagogia Social, (2017), percebe-se ao longo dos anos, a Pedagogia Social permear todo o processo de educação, seja no chão da escola, nos abrigos, nos projetos sociais, nas Ong’s, nas ruas, asilos, acolhimento familiar, universidades, locais onde, perpassam as desigualdades sociais, que se fortalecem com divisão de classes existente na sociedade capitalista, mas que a Pedagogia Social, atua sempre contra hegemonicamente.

Nesses cenários, surgem demandas sociais, intramuros e extramuros, e nesses casos, oriundos dos mais diversos locais e comunidades, o que sugere abordar as fronteiras do conhecimento em diferentes territórios, que vise e se respeite o protagonismo do sujeito.

Nessa conjuntura, sublinhar também os pré-requisitos da Pedagogia Social, como pedagogia necessária, pressupõe-se a construção dos marcos da Educabilidade Social nos espaços de educação escolares e não escolares, além de um educador, teórico-prático que produza nas suas práxis, reflexão-ação-reflexão.

PEDAGOGIA SOCIAL: HISTORICIDADE

Ao iniciar este capítulo, é necessário ratificar as palavras de SILVA (2011, p. 176), quando pontua que:

Inevitavelmente, há várias formas de entender e de explicar a História. Qualquer teoria educacional precisa munir-se de uma perspectiva histórica, seja no sentido de interpretar o passado, seja no sentido de posicionar-se em relação ao presente e, principalmente, em projetar o futuro e o sentido de sua ação socioeducativa.

O autor Otto (2009) diz que historicamente, o termo Pedagogia Social foi usado inicialmente para referir-se às teorias da Educação e/ou a uma determinada área da Ciência da Educação. O conceito deu lugar às ideias opostas a abordagens individualistas de Educação.

Como conceito da teoria educacional e como campo de estudo, a Pedagogia Social, formou-se como uma crítica da Educação focada no desenvolvimento dos indivíduos sem considerar as dimensões sociais da existência humana.

Com esse pressuposto, registra-se que o conceito Pedagogia Social decorre, então, a partir do ponto de vista do trabalho social e data de meados de 1900. A partir 1920, o educador alemão Herman Nohl interpretou a Pedagogia Social como uma estrutura teórica hermenêutica, dessa forma, em alguns países europeus, o conceito de Pedagogia Social tem grande relevância para o desenvolvimento do trabalho social profissional.

A partir dessa raiz paradigmática, a tradição alemã de Pedagogia Social foi desenvolvida de acordo com o marco conceitual da ciência educacional. Em termos histórico-sociais a origem da ação pedagógica social está ligada aos processos de industrialização e urbanização que causaram novos problemas sociais pela fragmentação da sociedade agrária tradicional.

Nesses processos, muitas crianças e adultos com necessidades de assistência foram negligenciados e novos problemas sociais se revelaram. Nesse quadro, segundo Machado (2006) apud (Luzuriaga 1986), a Revolução Industrial influenciou fortemente na concentração de grandes massas de população e a necessidade de cuidar de sua educação.

Nesse cenário, a educação, em suas diferentes formas, foi vista como um mecanismo importante para confrontar esses novos problemas, tanto nas famílias como nas comunidades. Dessa maneira, então, como uma tradição de pensamento e de ação, a Pedagogia Social é mais antiga do que o conceito ou o uso do termo Pedagogia Social.

É imprescindível compreender que, embora o conceito de Pedagogia Social não tenha

se consolidado efetivamente nos países anglo-americanos, muitas atividades associadas à Pedagogia Social podem ser encontradas nos países onde as necessidades e os problemas sociais são abordados a partir de pontos de vista pedagógicos.

Nesse contexto, compreende-se que, para além do conceito das práxis pedagógicas sociais, infere-se que a aplicação da Pedagogia Social é premente pois, no que se refere as demandas sociais, perpassam os espaços de educação, na escola ou fora dela, e se consolida a necessidade da aplicabilidade, ao permear a Educação, na sua plenitude, há muitas décadas.

Nesse entendimento, Machado (2006, p. 14), na obra Fundamentos da Pedagogia Social diz que:

A compreensão de que uma prática educativa compõe uma prática social permite entender que a primeira ocorre em diferentes espaços na sociedade e de várias maneiras. Quando se fala em prática educativa, logo se pensa em um processo de ensino-aprendizagem que acontece exclusivamente no ambiente escolar, mas, com a compreensão dessa prática como uma prática social, a educação pode ser concebida de outra forma.

Nesse aspecto, a partir de uma realidade, tão complexa, surge a preocupação em sistematizar, fundamentar e profissionalizar a Educação Social e, conseqüentemente, aparece a Pedagogia Social, considerada a ciência da Educação Social.

Nesse sentido, contextualizar as diversas demandas sociais que permeiam a sociedade só ratificam a finalidade da Pedagogia Social, que é, a de ajudar a compreender a realidade social e humana, melhorar a qualidade de vida, por meio do compromisso com os processos de libertação e de transformação social nos quais vivem ou sofrem as pessoas.

Entendemos que a Pedagogia Social tem como objeto de estudos a educabilidade social, seja ela do indivíduo, da família, da comunidade, da sociedade ou das instituições. Essa educabilidade social ocorre ao longo da vida, em todos os espaços, sejam eles públicos ou privados, e coloca a todos nós potenciais educandos e educadores, abrangendo tanto o passado quanto o presente e o futuro. (Silva, Clemente, Graciani, 2017, p. 14).

Esse processo de participação, portanto, ajuda a adquirir formas de lidar com as dificuldades e sofrimentos, de lutar para melhorar as condições de vida. Nessa tenção, a Educabilidade Social deve preparar o sujeito, não só para conhecer e interpretar os fatos, mas também para aprender a ser e a conviver nas diferentes culturas.

Nesse sentido, Caliman (2009) afirma que:

a Pedagogia Social no Brasil tende a ser concebida como uma ciência que pertence ao rol das Ciências da Educação, uma ciência sensível à dimensão da sociabilidade humana, ou seja, que se ocupa particularmente da educação social de indivíduos historicamente situados.

Segundo Caliman (2009), a pedagogia social “constrói a ponte entre as ciências

sociais, os serviços sociais e a própria educação para contribuir a seu modo para recuperar o bem-estar dos indivíduos que necessitam de apoio.”

PEDAGOGIA SOCIAL: A PROPOSTA CONTRA-HEGEMÔNICA

Antes de avançarmos na temática, no que se refere as categorizações na educação dita, não formal, é necessário fazer um recorte na educação e sua proposta de hegemonia² para uma determinada classe social, de porcentagem menor, no que se refere a ser partícipe de uma educação não formal, já que a grande parcela da população, os que estão entregues à própria sorte, este sim, o público usuário da Educabilidade Social, nas mais diversas frentes.

Com isso, perceber que em uma sociedade dividida em classes, a educação, em princípio, como um direito de todos, não cumpre esse papel e a LDBEN elenca tais princípios da educação:

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância; V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; VII - valorização do profissional da educação escolar; VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; IX - garantia de padrão de qualidade; X - valorização da experiência extra-escolar; XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. XII - consideração com a diversidade étnico-racial” (BRASIL, 1996).

A partir desses pressupostos, o quadro deveria revelar outras realidades, entretanto, o que se percebe, é a reprodução de paradigmas de uma classe dominante que discrimina e fortalece as desigualdades sociais.

[...], quem controla a produção das ideias dominantes controla o mundo. Por conta disso também, as ideias dominantes são sempre produto das elites dominantes. É necessário, para quem domina e quer continuar dominando, se apropriar da produção de ideias para interpretar e justificar tudo o que acontece no mundo de acordo com os seus interesses. SOUZA (2017, p.25)

Branco livres pobres, Indígenas, Negros livres, Escravos e População Mestiça:

Nesse sentido, ao viver em uma sociedade reificada, é essencial reconhecer que, o público alvo, na qual a Pedagogia Social e a própria educação, se relacionam, perpassam ideologias de reprodução de antigos paradigmas e, portanto, são os mesmos sujeitos que compõe o tecido social, desde 1824 e, estavam excluídos do direito à educação que, segundo Santos et al (2013, p. 20858) assinala, sobre a segunda metade do século XVIII [...] diz respeito a “uma grande parcela da população, os brancos livres pobres, os indígenas, os

²A palavra hegemonia é usada como base pelo filósofo italiano Antônio Gramsci para descrever o processo de dominação pelos mais diversos veículos comunicacionais.

negros livres e escravos e a população mestiça, estavam afastados da escola.”

Nessa lógica, a estratificação social³, composta brancos pobres raramente podiam frequentá-la pela falta de recursos para sustentar a mobilidade exigida pelo sistema de aulas avulsas ou para o pagamento dos professores, quando o Estado não o realizava.

Neste contexto, verifica-se claramente legitimada a reprodução das desigualdades sociais, por conta da não efetivação, tanto da garantia, quanto da permanência dos alunos na escola, ratificadas pelas ideologias dos grupos dominantes no poder, com saberes que, somente a privilegia uma determinada classe e, com essa intencionalidade, impõe através das ideologias, formas muito peculiares de se relacionar com o saber, onde o educando não figura no papel principal.

A ação pedagógica reproduz o arbitrário cultural das classes dominantes ou dominadas. A ação pedagógica (institucionalizada) da escola reproduz a cultura dominante e, através desta, a estrutura de relações de força dentro de uma formação social, possuindo o sistema educativo dominante o monopólio da violência simbólica legítima. Todas as ações pedagógicas praticadas por diferentes classes ou grupos sociais apoiam objetiva e indiretamente a ação pedagógica dominante, porque esta última define a estrutura e o funcionamento do mercado econômico e simbólico Stoer (2008, p. 15)

A partir desse ponto de vista, Kuenzer (2002), afirma que o que está ocorrendo é uma inclusão excludente, ou seja, as diferentes estratégias utilizadas pelo Estado, no que diz respeito a inclusão nos diversos níveis e modalidades da educação, não avançam porque os investimentos não correspondem a qualidade da educação que permitam formar a autonomia intelectual, ética e crítica dos educandos.

Ao colocar a lupa na questão das desigualdades sociais, observamos a necessidade de buscar através de ações assertivas, a ressignificação do sentido real da palavra justiça e do termo justiça social, tão banalizada através de discursos vazios e ações fragmentadas que fragilizam e não sustentam o ideal de liberdade do oprimido.

Por compreender o planeta como a maior escola de desenvolvimento humano e o homem como um eterno aprendiz, a Pedagogia Social aposta na educação dos sentimentos, das relações e das potencialidades em diálogo com a possibilidade de educar a natureza interna e externa a ele. Diálogo e estudos, sobre o viver coletivo, viver com (con)vivência, se fazem necessário. A Pedagogia Social acolhe os excluídos, da educação e da vida. (Martins, 2017)

Portanto, quando Freire (1987) nos indica um olhar atento ao futuro na qual é possível sonhar e, acima de tudo, lutar por um mundo possível, necessário e urgente, refere-se a um basta nas relações hierarquizadas de opressão e exploração. Neste sentido, refletindo sobre o

³ Estratificação Social: No mundo da sociologia, é um conceito que envolve a "classificação das pessoas em grupos com base em condições socioeconômicas comuns; um conjunto relacional das desigualdades com as dimensões econômicas, social, política e Antropológica".

papel ético do Pedagogo/Educador Social na sociedade, voltamos a atentar para o que diz Freire:

Se as estruturas econômicas, na verdade, me dominam de maneira tão sensorial, se, moldando meu pensar, me fazem objeto dócil de sua força, como explicar a luta política, mas, sobretudo, como fazê-la e em nome de quê? Para mim, em nome da ética, obviamente, não da ética do mercado, mas da ética universal do ser humano, para mim em nome da necessária transformação da sociedade de que decorra a superação das injustiças desumanizantes. (FREIRE, 2000, pág. 27)

MARCOS DA EDUCABILIDADE SOCIAL

Um dos grandes desafios da educação não formal tem sido defini-la, caracterizando-a pelo que ela é. Usualmente ela é definida pela negatividade – pelo que ela não é. Gohn (2010, p.22)

Ao iniciar este tópico, faz-se necessário entender, que na contemporaneidade, segundo Silva (2017, p. 14), existe “uma diversidade de práticas com respaldo da Pedagogia Social, em especial, a Educação Popular”. E esta é uma das preocupações dos autores, que verificamos na Obra da Coleção PEDAGOGIA SOCIAL, intitulada, A Pesquisa em Pedagogia Social.

Nesse fundamento, a concepção a partir das ricas e diversificadas práticas educativas que, convencionou-se denominar Educação não formal, agora sob uma perspectiva organizada, do ponto de vista sujeito-local, onde acontecem o processo ensino-aprendizagem, serão expostas, no sentido de ampliar o campo de visão, uma vez que, emerge a compreensão dos espaços, já que toda educação é formal e intencional.

Silva, Neto e Graciani (2017, p.16) definem que:

A resignificação das práticas alternativas de Educação no Brasil em domínios, isto é, em campos do saber, mostrou que tais práticas possuem matriz epistemológica comum, de natureza predominantemente antropológica, dada a formação histórica do povo brasileiro a partir de matrizes indígenas, branca europeia e africana. Ainda que se possa admitir especificidades a cada uma das matrizes, individualmente, o processo de miscigenação e o sincretismo religioso experimentados no Brasil produziu um substrato único e original que conhecemos como cultura popular.

Nesse aspecto abordaremos os domínios e seu *lócus* de atuação, conforme os autores Silva, Neto e Graciani (2017, p. 15-16):

Domínio Sociocultural: O domínio sociocultural tem como áreas de conhecimento as manifestações do espírito humano expressa por meio de sentidos, tais como as artes, a Cultura, a música, a dança e o Esporte em suas múltiplas manifestações e modalidades. Pelas características dessas manifestações, os *lócus* privilegiados para a ação sociocultural são todos os espaços públicos e privados onde se possam acontecer. A ação nesse domínio **tem por objetivo** a recuperação de suas dimensões históricas, culturais e políticas, com vistas a dotá-las de sentido para indivíduos, grupos, comunidades e a sociedade em geral.

Domínio sociopedagógico: O domínio tem como áreas de conhecimento os processos sociais que requerem o exercício de direitos individuais, sociais e políticos como expressão dos Direitos Humanos da cidadania. A ação sociopedagógica nesse domínio **tem como objetivo principal** o desenvolvimento de habilidades e competências sociais que permitam às pessoas a ruptura e superação das condições de marginalidade, violência e pobreza que caracterizam sua exclusão social. Por suas características, são *locus* privilegiado para intervenção sociopedagógica os abrigos, as unidades de internação de adolescentes autores de ato infracional, asilos para idosos, instituições psiquiátricas e unidades prisionais, mas também, considera a rua a família e a empresa.

Domínio sociopolítico: O domínio sociopolítico tem como áreas de conhecimentos os processos sociais políticos expressos, por exemplo, na forma de participação, protagonismo, associativismo, cooperativismo, empreendedorismo, geração de renda e gestão social. A intervenção sociopolítica **tem como objetivo** o desenvolvimento de habilidades e competências para qualificar a participação na vida social, política econômica da comunidade onde o sujeito está inserido ou dos espaços onde a pessoa queira estar como sujeito.

Domínio epistemológico: Domínio epistemológico tem como áreas de concentração os processos inventivos e criativos originários do exercício das faculdades mentais humanas, notadamente a pesquisa, a ciência e a tecnologia enquanto meios para alargar a compreensão humana sobre os processos que o próprio ser humano desencadeia. Trata-se, fundamentalmente, de produzir modelos explicativos para os fatos e ações sociais e humanas, caracterizando-se a ação epistemológica como a sistematização de métodos e técnicas de intervenção na realidade. Seu *locus* de atuação, portanto, não está temporal nem espacialmente delimitado, até mesmo porque pode incidir sobre o passado, o presente e o futuro.

Após a abordagem, infere-se a relevância dessa organização que perpassa esclarecer as especificidades em cada domínio, visto que, ratifica nos espaços de atuação, a multifacetada tarefa do Educador Social. Esse profissional que busca através de suas práticas pedagógico-sociais a libertação do oprimido.

Nessa visão, ao pontuar os campos para aplicabilidade de Educação Social, entende-se que existem territórios e fronteiras⁴ do conhecimento, uma vez que, todos os domínios dialogam entre si, já que a Educabilidade Social é permeada de intencionalidades que tem por princípio a transformação do indivíduo que venha impactar na sociedade.

Nesse entendimento ao apreender as fronteiras e territórios do conhecimento, que atravessam cada domínio, percebe-se um conceito significativo, conforme Heidegger apud Peizini e Foerster (2017, p. 44):

A fronteira, então, é caracterizada como o território “entre”, onde os saberes e experiências são trocados, solidariamente. O “espaço-entre” indica, a proximidade e a distância entre homens e coisas. O espaço-entre é o espaço da multiplicidade, das relações, possibilidade de construção. Assim, faz-se necessário

⁴A fronteira é uma linha; o espaço sobre o qual se estende uma soberania nacional (FOUCHER, 2009, p.21) Esta é uma simples definição de fronteira ensinada pelo geógrafo Jean Gottmann na década de 1950, nos Estados Unidos. (op. cit.)

A palavra fronteira é, em francês, o adjetivo feminino vindo do substantivo front traduzido, muito simplesmente, como linha de frente (op.cit)

compreendermos o que é um território para então avançarmos no entendimento e na discussão acerca das fronteiras.

Nesse contexto, é necessário ressignificar o conceito de território para empreender a compreensão dos domínios como espaços de amplos aprendizados, uma vez que, a práxis se realiza articulada com respeito a história do indivíduo e ao protagonismo do cidadão, já que, os grupos sociais, que ali convivem, lutam por justiça e igualdade social.

Nosso enfoque é a dimensão cultural do território, embora essa se desdobre nas outras dimensões: social, política e econômica etc. Partimos do ponto de que no território existem sempre, ou é possível existir, outros territórios. O território é espaço apropriado, espaço feito, coisa própria, enfim, o território é instituído por sujeitos e grupos sociais que se afirmam por meio dele. (2017, op. cit)

Infere-se, portanto, que o processo político pedagógico de aprendizagens e produção de saberes, proeminentes que residem em cada domínio, dão a dimensão exata ao entendimento que, ao mesmo tempo, que se percebe existir territórios e fronteiras, estes não demarcam limites, mas sim, entrelaçamento sem nós, que permitem o caminhar pela educabilidade social, com possibilidades de não ter fim em si mesma, visto que, está para além de aprendizados momentâneos, já que se trata de uma educação cidadã. Gohn (2010, p. 35) diz que *“a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazer uma leitura de mundo do ponto de vista da compreensão do que passa ao seu redor é fundamental [...]”*

Considerações Finais

A partir desses pressupostos, no que se refere a construção e elaboração desses conceitos, com base na Obra PEDAGOGIA SOCIAL: Pesquisa em Pedagogia Social, buscase a partir de fundamentação em pesquisa-ação, demonstrar ao longo dessa produção textual, a importância da categorização da Educação antes conhecida, como não formal, que de certa forma, dava a conotação de negatividade.

Dessa forma, compreender que tal categorização em domínios, sociocultural, sociopedagógico, sociopolítico e socioepistemológico, facilitará em todos os aspectos a atuação e o papel dos Pedagogos/Educadores sociais, em diversos níveis, uma vez que, apresenta em seus princípios, claramente, campos de conhecimentos que se entrelaçam, mas que respeitam as estruturas nomeadas em seu arcabouço.

Tais estruturas dão a dimensão dos territórios de conhecimentos e atuação nos marcos da educabilidade social que, como foi visto, não ficam delimitados pelas fronteiras, posto que, a finalidade é a educação cidadã que aponte para emancipação do indivíduo e sua preparação para vida.

Nesse sentido, ao observar que desde a primeira Constituição Imperial, que data de 1824, percebemos que ao longo de todos esses anos de negação de educação, dita formal, a uma determinada classe, formada por brancos livres pobres, os indígenas, os negros livres, escravos e a população mestiça, nos leva a compreensão que, ao viver numa sociedade reificada e repleta de desigualdades sociais, exigem a urgência de uma educação social com vistas ao protagonismo do sujeito.

Nesse pensamento, a proposta da conceituação da educação não formal em domínios, revela em sua construção, que o público com maior participação e percurso nessa perspectiva, é composto por aqueles que se encontram em vulnerabilidade social ou relacional.

Então, ao apreender os avanços na asserção da categorização em domínios e o situar do educador social em tais territórios de atuação, possibilitará a aplicabilidade de um fazer pedagógico social que aponte para impactos positivos na sociedade a partir da transformação do educando, visto que, é notória a necessidade de inovações no campo da educação e, portanto, a partir da contra hegemônica Pedagogia Social, vislumbramos possibilidades e alternativas de impactos positivos, mudanças do sujeito que aponte para transformações na sociedade.

REFERENCIAS

BRASIL. Lei. 9.394/1996. Lei das Diretrizes e Bases da Educação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em: 15 de abril de 2018.

CALIMAN, Geraldo. Fundamentos teóricos e metodológicos da Pedagogia social na Europa (Itália). In: MOURA, R., NETO, J. C. S. e SILVA, R.(orgs). Pedagogia Social. São Paulo: Expressão & Arte Editora, 2009. p. 51 –60.

DE 23 A 26/09/2013 - Disponível em

http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/6853_4712.pdf - Acessado em 01 de junho de 2018

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 17ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOHN, Maria da Glória. Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais / Maria Glória Gohn. São Paulo: Cortez, 2010. – (Coleções questões da nossa época; v.I)

KUENZER, Acácia. Capitalismo, trabalho e educação, 2002. Disponível em: gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br. Acesso em: 01 de julho de 2017.

MACHADO, Érico Ribas. Fundamentos da Pedagogia Social. Gráfica Unicentro Paraná, 180 Exemplares, 2006, 65 p.

MARTINS, Margareth. Pedagogia Social como Antidestino. Revista Pedagogia Social UFF. Rio de Janeiro, v. 4 n. 2 (2017) Pedagogia Social Uma pedagogia: Necessária. disponível em<<http://www.revistadepedagogiasocial.uff.br/index.php/revista>>. Acessado em 04 de janeiro de 2018.

OTTO, Hans-Uwe. Origens da Pedagogia Social. In SOUZA NETO, João Clemente; SILVA, Roberto da; MOURA, Rogério (Orgs.). Pedagogia Social. São Paulo Expressão e Arte Editora, 2009.

SANTOS, Anderson Oramisio; **OLIVEIRA,** Camila Rezende; **OLIVEIRA,** Guilherme Saramago de; **GIMENES,** Olíria Mendes - **ARTIGO: A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE NEGROS NO BRASIL E O PENSAMENTO EDUCACIONAL DE PROFESSORES NEGROS NOSÉCULOXIX–XICONGRESSODEEDUCAÇÃOOPARANÁ–Curitiba–PUCPARANÁ**

SILVA, Roberto da. As bases científicas da educação não formal. In: **SILVA**, Roberto da; **SOUZA**, João Clemente; **MOURA**, Rogério. Pedagogia Social. – São Paulo. Ed. Expressão e Arte Editora,2009

SILVA, Roberto da. Pedagogia Social: contribuições para uma teoria geral da Educação Social, Volume 2 / Roberto da Silva (Orgs.)... [et. al] —1. Ed. – São Paulo: Expressão e Arte Editora,2011

SILVA, Roberto da.**NETO**, João Clemente de Souza. **GRACIANI**, Maria Stela Santos. (Orgs) - Pedagogia Social: Volume X / Tomo I / -1. Ed. – São Paulo: Expressão e Arte Editora,2017. 352 p.

SOUZA, Jessé. A elite do atraso: da escravidão à Lava a Jato/ Jessé Souza. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

STOER, S. R. A genética cultural da reprodução. Educação, Sociedade & Culturas, n.º 26, 2008, 85-90.